

Falsas democracias, verdadeiras ditaduras?

Jair Militão da Silva¹

Resumo: O artigo é fruto de pesquisa realizada pelo autor sobre o tema da participação popular em sociedades democráticas e, tendo em vista os recentes acontecimentos de protesto nas principais cidades brasileiras, apresenta a contribuição de estudiosos do tema. Como o estudo da temática da democratização no Brasil apresenta-se, de algum modo, datada, com mais intensidade no período de luta pela redemocratização do país, na década de 80 e seguintes, o autor vale-se, em grande parte da produção de pesquisadores da época citada, além de outros estudiosos com produção atual ou que continuaram suas pesquisas atingindo o momento presente.

Palavras Chave: Democracia; democratização; falsas democracias; Estado e participação popular; políticas públicas.

Os recentes acontecimentos que se deram nas principais cidades brasileiras suscitam a necessidade de reflexão sobre o tema das relações entre Sociedade e Governo. Esta temática teve sua relevância mais acentuada no ambiente acadêmico brasileiro por ocasião das lutas pela redemocratização do país, estando hoje um pouco esquecida, embora alguns pesquisadores continuem a ter o tema como objeto de seus estudos. Torna-se interessante, pois, examinar as lições que nos deixaram os estudiosos do tema de modo a lançar luz aos fenômenos novos, intrigantes e efetivamente relevantes que são os protestos e a forma de enfrentamento sociedade-governo na realidade atual. O conteúdo do artigo é resultado de pesquisa realizada pelo autor em Projeto desenvolvido na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. Apresenta algumas formas vigentes de relação sociedade-governo, suas características e desdobramentos possíveis. Para uma visão histórica das contribuições teóricas para a compreensão dos movimentos sociais recomenda-se a consulta ao trabalho de Ângela Alonso em seu artigo publicado no periódico Lua Nova (Alonso, 2009).

O governo deve proteger a sociedade?

Ao dizer que o governo deve proteger e preservar a comunidade das desarmonias diversas que possam ocorrer, Lindsay² afirma que isso pode ser esperado de um Estado democrático e não necessariamente de outro. Mas, mesmo no Estado democrático há o perigo de que:

¹ Possui mestrado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. É livre-docente pela Universidade de São Paulo. É Professor Associado da Universidade de São Paulo - aposentado. Atualmente é professor na Universidade Cidade de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Educação. É Membro Titular da Academia Paulista de Educação.

² Alexander Dunlop (Sandy) Lindsay, nasceu em 14 de maio de 1879, em Glasgow, Escócia, e faleceu em 18 de março de 1952. Seus trabalhos contribuíram para uma melhor compreensão do Estado em uma sociedade democrática, tendo presente a experiência de duas guerras mundiais.

Uma sociedade pode colocar tanta energia em seu exército, o seu Órgão de proteção, a ponto de se tornar militarista, isto é, uma sociedade na qual a vida e o pensamento são dominados pelas necessidades da máquina militar (...). Podemos ver, o servo se torna o senhor. O poder é considerado como um fim em si, e o principal objetivo do homem é servir à organização de poder. A relação da sociedade e seu instrumento é completamente invertida. (Lindsay, 211)

A proteção requerida por uma sociedade democrática não é contra o debate, a discussão, que faz parte da própria natureza da democracia, mas contra o arbítrio de uns em relação aos outros de modo que o processo decisório dependa unicamente da força.

Lucas, avaliando esse mesmo problema, assim se expressa:

Em uma comunidade, não se faz necessário, conforme alguns democratas ignorantes supõem que todos estejam de acordo sobre quais decisões devem ser tomadas; mas é necessário que quase todos concordem sobre como as decisões devem ser tomadas, isto é, mediante que métodos, litígios sobre o processo decisório devem ser solucionados. (Lucas, 22)

Torna-se importante notar que, se de um Estado explicitamente voltado para servir à Sociedade pode-se esperar uma degeneração como aquela indicada por Lindsay, quanto mais não será válido suspeitar daquele que, facciosamente, coloca-se a serviço de um grupo contra os interesses da maioria da população.

Examinando ainda um pouco mais a contribuição de Lindsay, temos que, em sua opinião "toda democracia representa uma tentativa de combinar a eficiência e o controle popular." (Lindsay, 99)

Para garantir que o governo não aja contra a vontade popular faz-se necessário que o povo seja dotado de "abundantes oportunidades de veto àquilo que o Governo pretende fazer". (Lindsay, 99)

Constatando que a possibilidade ilimitada de veto pode resultar na prática, na paralisia do governo, de vez que, ao lado de fazer coisas desfavoráveis ao povo, pode igualmente ser impedido de realizar propostas boas para a sociedade — mas não vistas como tal naquele dado momento por quem veta —, Lindsay formula algumas questões importantes para a reflexão que se vem fazendo neste trabalho:

Deve o Estado, servindo a uma comunidade democrática, ser também democrático? Será a sua tarefa bem ou mal realizada por uma máquina democrática? não se trata de uma questão ociosa. Um exército, ou um serviço público, pode atender a uma comunidade democrática sem ser, em si, democrático, (...) é evidente que muitas facetas da atividade do Estado não podem ser realizadas pelo homem comum, e sim pelos especialistas, e isso levará a uma distinção entre governo e controle, sendo o governo exercido por uns poucos e o controle pelos muitos. (Lindsay, 212)

Portanto, tendo presente essas considerações, nota-se que Lindsay, ao enfrentar o problema da participação popular no governo em si, conclui pela extrema dificuldade de atuação sem a necessária competência (técnica), afirmando, por fim,

que “(...) todos os homens não devem ser tratados como se tivessem a mesma capacidade, mas como se tivessem a mesma importância”(Lindsay, 214)

Quando a democracia é uma formalidade

A justificativa da necessidade da competência técnica para governar tem servido muitas vezes, como o demonstra a história de muitos países, para criar e manter uma tecnocracia. Como delimitar as áreas de competência das quais o “homem comum” deva ser afastado para que não torne as ações do governo ineficazes? Como, com a crescente divisão e especialização do trabalho nas sociedades industriais, descobrir âmbitos de “competência não especializada”, ou seja, uma competência genérica da qual cada “homem comum” seja dotado?

Se, de fato, a organização do sistema produtivo, dos serviços de saúde, habitacional, escolar, etc., exige competência especializada, ao homem comum, que é a maioria, restaria que área de competência?

A conclusão mais apressada tem levado a considerar da competência do povo eleger quem governa e, periodicamente, confirmar ou não a continuidade dos mesmos no governo. Muitos democratas e estudiosos da democracia acreditam ser esta a democracia possível (e, em muitos casos, a desejável).

O cientista político Verba, por ocasião de ampla pesquisa sobre participação política em sete países (Áustria, EUA, Índia, Iugoslávia, Nigéria, Japão e Holanda), realizada entre 1966 e 1971, ao conceituar o que se entenderia nessa pesquisa por participação política, afirmou:

Por participação política nos referimos àqueles atos legais de cidadãos particulares que estão mais ou menos visando diretamente influenciar a escolha de pessoal governamental e/ou as ações que eles tomam. Há outras definições de participação (...) mas esta definição é apropriada para nossos objetivos. Nós estamos interessados em participação que envolva tentativas, bem sucedidas ou não, para influenciar o governo. Participação puramente cerimonial está fora da nossa esfera de interesse, apesar de ser muito importante em várias sociedades. E nos limitamos ao uso de canais políticos legais habituais. Nós não nos ocupamos com protestos, violência extralegal ou rebeliões. Nós não negamos que estes são meios importantes pelos quais um cidadão pode influenciar o governo, mas lidar com isto seria escrever um livro diferente. A história da democracia é em grande parte a história do desenvolvimento de canais habituais e legais através dos quais cidadãos podem expressar suas preferências e pressionar o governo para que atenda às suas preferências. (Verba, 1-2)

Em consequência a essa forma de entender participação política, os instrumentos pensados para a mesma são o voto, participação nas campanhas eleitorais e outras formas de contatos entre os cidadãos para convencimento mútuo.

Tal visão de democracia recebe, em Caldera e em muitos outros autores, a denominação de democracia formal: “Assim, para o que poderíamos chamar a experiência da democracia formal, a democracia é um sistema no qual se vota e, para que se possa votar, existem e funcionam os diferentes partidos políticos”. (Caldera, 30)

Se para alguns autores o ápice da democracia é o momento do voto, para outros este é um ato muitas vezes apenas tolerado, que cumpre ritual com valor apenas simbólico, ou seja, seria melhor se fosse possível governar o povo sem o povo. Enquadra-se nessa última perspectiva aquela posição chamada por Bachrach de elitismo democrático.

Elitismo democrático: o que pensar?

Refletindo a respeito da situação atual das sociedades industriais, que revela a existência de uma elite - entendida como aqueles que possuem poder dentro de um corpo político - e de uma massa - os sem poder -, de modo a identificar as possíveis relações que possam decorrer entre elas, o cientista político Peter Bachrach apresenta considerações que podem contribuir para o equacionamento do problema em exame no presente trabalho.

Diz, inicialmente, que “O teórico deve, em poucas palavras, preocupar-se de que ao intentar alcançar o impossível; ao esforçar-se por transformar a sociedade naquilo que esta poderia ser, o faça firmemente arraigado naquilo que ela é”. (Bachrach, 26-27) E é com esse pressuposto que Bachrach julga ser necessário, para a busca da democracia, ter presente “(...) que [se] deve admitir plenamente a divisão entre a elite e a massa na moderna sociedade industrial e as consequências deste fato para a teoria democrática”. (Bachrach, 27)

Torna-se, então, interessante verificar o que diz o citado autor a respeito dos fundamentos daquilo que ele chama teoria do elitismo:

Se bem que elitismo e democracia assemelhem-se, enquanto o propósito primário do governo é, para ambos, salvaguardar e promover os interesses da comunidade diferem radicalmente quanto à índole desses interesses e quanto ao papel que deve cumprir o Estado para assegurar-los. Todas as teorias da elite repousam em dois pressupostos básicos: primeiro, que as massas são intrinsecamente incompetentes e, segundo, que são, no melhor dos casos, matéria inerte e moldável à vontade e, no pior dos casos, seres ingovernáveis e desenfreios, com uma tendência insaciável a minar a cultura e a liberdade. (Bachrach, 20-21)

Essa forma de entender a massa conduz obrigatoriamente à “necessidade de uma elite criativa e dominante”. (Bachrach, 21)

Bachrach vai mais adiante ao afirmar que toda elite, seja qual for sua ideologia, apoia-se no pressuposto geral da incompetência da massa para governar:

Todas as teorias elitistas - sejam revolucionárias, liberais, conservadoras ou reacionárias - apoiam-se, em igual medida, na validade da dita hipótese e, somente divergem quanto aos objetivos políticos para os quais as elites deveriam encaminhar as massas por elas manipuladas. (Bachrach, 21)

Na verdade, para Bachrach, a conceituação das massas como “naturalmente” fadadas a serem governadas tem como escopo, na maioria das vezes, a proteção de um dado regime - no caso analisado por ele, o liberal - contra aquilo que seria considerado excessos de um outro regime - o democrático. A ascensão das massas ao poder de

governar instauraria o caos e deterioraria a Sociedade, tornando as condições de vida humana insuportáveis. Em poucas palavras: “a questão central é proteger o liberalismo dos excessos da democracia, ao invés de utilizar meios liberais para avançar até a materialização dos ideais democráticos”. (Bachrach, 27)

A ordem, nesse quadro de ideias, é erigida como valor fundamental e torna-se condição para o progresso, O equilíbrio político é buscado acima de tudo, sendo entendido como não alteração das condições básicas do jogo de poder: a existência de uma elite e a existência da massa.

Desse modo, a passividade do povo, longe de ser vista como algo a ser mudado, torna-se condição fundamental para a ação livre e criativa (descompromissada) da elite.

Essa situação, para Bachrach, permite a apresentação de uma teoria que justifica a mesma situação:

Os aspectos empíricos e normativos da teoria se complementam: empiricamente, comprovamos que as massas são, em termos comparativos, pouco confiáveis, mas passivas como regra geral e que as elites são, comparativamente, confiáveis e cumprem um papel proeminente nas decisões importantes para a sociedade. O sistema vigente tende a transformar-se no sistema desejado. (Bachrach, 62)

Parece residir aqui um dos momentos cruciais da luta pela democracia: o transcender o dado a partir de um valor. Em outras palavras, evitar que o fato empírico contenha em si próprio a normatividade, de modo tal que a capacidade humana de fazer história seja eliminada.

Esse transcender o dado não é tarefa fácil, pois, como diz Bachrach, o ciclo da criação ideológica completa-se e o sistema vigente transforma-se no sistema desejado.

As alegações que colocam a viabilidade como critério de validade da ação provêm dessa mesma lógica: não se tenta mudar porque não seria viável.

Weffort, ao constatar, na tradição brasileira, a existência de um discurso liberal e uma prática conservadora, ambos elitistas, afirma “Daí, também essa reação tão frequente nos políticos diante de qualquer ideia nova: consideram primeiro a sua viabilidade (em geral para concluir pela inviabilidade), antes mesmo de a considerarem no mérito” (Weffort, 28).

Quando, portanto, torna-se senso comum numa dada sociedade que o povo em si mesmo não apresenta condições de autogoverno e que tão somente uns poucos da elite é que, por definição, devem governar, instaura-se a aceitação de uma divisão social na qual dois grupos de cidadãos aparecem: os dirigentes e os dirigidos; os de “primeira classe” e os de “segunda classe”.

Mediante um processo de interiorização e aceitação desta divisão, tida como “natural”, passa a não ser mais possível aos envolvidos no processo conceber uma situação alternativa. Para esse processo “educativo” contribuem os meios de comunicação de massa³ e as demais relações sociais em geral; nesse sentido, a escola tem, com igual peso, o seu papel.

³ É comum em alguns programas humorísticos que “pessoas do povo” sejam ridicularizadas quando queiram exibir comportamentos “privativos” da elite, tais como: falar corretamente, ser gentil etc. Exemplo disso é o quadro criado por humorista famoso da televisão brasileira, que poderia ser intitulado “Os encanadores educados”, no qual se satiriza dois encanadores que, ao atender os clientes, procuram ser

A lógica de tal processo é “colocar cada um no seu lugar”. Em nome da capacidade técnica, da eficiência, da escolaridade e do conhecimento mais amplo, a elite justifica seu direito de mando. O povo, quando não superou a situação de massa, traduz, via de regra, essa situação usando uma chave fatalista de leitura e diz: “foi sempre assim; isso não muda”.

De um modo sutil e sofisticado, a teoria elitista vale-se de um dos pressupostos democráticos - a originalidade de cada pessoa - para chegar a conclusões opostas ao pensamento democrático, ao dizer que cada pessoa é diferente da outra, ajuntando a isso a ideia dos dons naturais com os quais cada pessoa já nasceria. Assim, a teoria elitista prepara os fundamentos para afirmar que a elite naturalmente apresenta as condições de tornar-se dirigente e que seria um desperdício de recursos se assim não acontecesse. Quem chegou “lá”, nos comandos, é que tinha dons diferentes daqueles que são comandados; e esses dons são dados pela natureza, não cabendo culpa a uns e a outros. Resta aceitar a “realidade dos fatos”.

Todavia, a crítica a ser feita a essa proposição por parte de quem defenda a democracia não se baseará em tentar refutar a ideia de que os homens são diferentes e que apresentam aptidões diferentes.

O que cumpre recusar é a categorização dessas aptidões em superiores e inferiores de tal modo que isso leve a uma exclusão de uns em favor de outros, sendo esses outros os do governo da sociedade.

De fato, a vida humana em sociedade implica a criação de uma série diversificada de empreendimentos que exigem lideranças com capacidades igualmente diversificadas para orientar a concretização das ações. Assim, diferentes habilidades são bem-vindas e podem contribuir para o conjunto da vida social.

Uma perspectiva democrática, ao fundar-se no pressuposto da igualdade essencial de todos os homens, não encontraria condições de hierarquizar de forma absoluta diferentes capacidades, todas com valor relativo e circunstancial, originando uma estruturação não igualitária quanto ao poder na sociedade.

Bachrach, filósofo e estudioso do comportamento humano, raciocina nessa mesma direção ao afirmar:

Na realidade, para o democrata, os homens que se sobressaem em todos os terrenos - as elites - são essenciais para uma sociedade livre e viva (...)

Mas, diferentemente do elitista, o democrata não tem justificativas para impor sua concepção de uma hierarquia de atributos humanos, segundo a qual a sociedade possa formular um juízo definido acerca do valor de um ser humano. Os pontos de vista do democrata, fundados em suas preferências valorativas pessoais são, desde logo, restritos ao que diz respeito ao significado de uma vida boa; mas ao não poder acrescentar que seus valores sejam para todos os homens e todas as épocas, mostra-se contrário a impô-los a seus semelhantes. Paradoxalmente, o ceticismo do democrata quanto a sua capacidade para arrogar-se tal atribuição, apoia sua crença moral absoluta na igualdade dos homens e, por sua vez, é apoiada por ela (...). A ideia de uma humanidade comum, implícita no conceito da igualdade de todos os homens é igualmente

gentis e falar usando tempos verbais corretamente. Como são “apenas encanadores” isso discrepa do esperado e torna-se motivo de riso.

incompatível com a insistente categorização destes últimos em ordens superiores e inferiores por parte da teoria elitista.

O ideal democrático incentiva, pois, a máxima utilização das capacidades individuais no interesse da comunidade, mas, em agudo contraste com a teoria da elite, assinala igual peso à opinião de cada indivíduo com respeito ao horizonte geral e à natureza das medidas políticas (Bachrach, 21-22).

A apresentação das massas como essencialmente incompetentes para governar, além de pretender fundar sua validade na constatação da situação atual da sociedade — na qual as massas, de fato, não participam - bem como a ideia de uma natural desigualdade de dons nos seres humanos - o que leva uns a terem o dom da governar e a outros o de serem governados - acrescenta a esses argumentos o da complexidade intrínseca a todo governo numa sociedade industrial. Em outras palavras: o governar nas sociedades atuais seria de tal maneira complexo, tecnicamente falando, que exigiria “especialistas em governo” e não comportaria, para as tomadas de decisão que precisam cotidianamente serem feitas, a participação popular.

Nesse sentido, o governo pode até mesmo ser “democrático - seria um elitismo democrático -“ na medida em que busque os interesses do povo - interpretados pela elite dirigente... -, governando para o povo; mas não poderia governar com o povo. Portanto, as massas estão fadadas a não se envolver com política, que fica sendo coisa para políticos “de profissão”.

Se bem que, desde já, possa ser posta sob suspeita a afirmativa da impossibilidade da realização de um governo com o povo, o que cumpre examinar de início mais detidamente é a ideia de estar o povo alijado, por definição, da ação política.

Aparece aqui uma visão reduzida do que seja política: apenas aqueles atos que dizem respeito ao exercício do poder pelo governo da sociedade. Afirma-se, desse modo, que o poder “está” unicamente no governo.

Todavia, uma perspectiva não tão reducionista revelará ser o fenômeno do poder na sociedade muito mais difuso e presente em outros âmbitos sociais que apenas no governo.

Entendendo poder como a capacidade de mandar e fazer-se obedecer, de modo que uma efetiva influência seja exercida sobre pessoas, situações, condições materiais, visando conseguir modificações ou permanência de condições existentes, pode-se, desde logo, compreender ser este um componente presente nas relações sociais que se dão em todos os níveis da vida social.

Assim, o fenômeno do poder, longe de circunscrever-se ao governo, acha-se presente na fábrica, na escola, no hospital, na família, etc. e o rumo que toma uma dada sociedade, pensada globalmente, depende, a rigor, das práticas de poder que são exercidas em seu conjunto.

Bobbio, a esse respeito, assim se expressa:

Não há dúvidas de que estamos assistindo à ampliação do processo de democratização. Se devêssemos apontar uma das características mais evidentes e interessantes de uma sociedade politicamente em expansão, como é, por exemplo, a italiana, não poderíamos deixar de indicar a exigência e o exercício efetivo de uma sempre nova participação (...).

O que acontece agora é que o processo de democratização, ou seja, o processo de expansão do poder ascendente está se estendendo da esfera das relações políticas, das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, onde o indivíduo é considerado na variedade de seu status e de seus papéis específicos, por exemplo, de pai e de filho, cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestão de serviços públicos e de usuário, etc. (Bobbio, 172).

Torna-se interessante lembrar que o poder é exercido sobre as pessoas e as coisas - realidade material, práticas institucionais -, de modo que estruturas objetivas e concepções subjetivas contribuam para a formação de um modo de ser social e pessoal.

Com relação ao poder, Foucault afirma:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele exclui, reprime, recalca, censura, abstrai, mascara, esconde. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (Foucault, 172).

Castells (2013), um dos mais importantes estudiosos dos movimentos sociais, ao analisar os acontecimentos conhecidos como a “primavera árabe” e os mais recentes protestos em outras partes do mundo, tais como os Indignados na Espanha, os movimentos *Occupy* nos Estados Unidos, procura descrever o surgimento de uma realidade popular antes impensável de tornar-se realidade. Castells apresenta os eventos-chave dos movimentos e divulga informações importantes sobre o contexto específico das lutas. Ao buscar compreender como essas novas formas de ação e participação política aconteceram ele diz que “*os movimentos começaram na internet e se disseminaram por contágio, via comunicação sem fio, mídias móveis e troca viral de imagens e conteúdos*”, permitindo a troca de informações e partilha de sentimentos coletivos e esperança que geraram “*um novo modelo de participação cidadã*”. (Castells, 2013, contracapa)

Ao examinar os movimentos citados, Castells assim descreve sua gênese:

Articular mentes, criar significado, contestar o poder. Ninguém esperava. Num mundo turvado por aflição econômica, cinismo político, vazio cultural e desesperança pessoal, aquilo apenas aconteceu. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tombaram. Os mágicos das finanças passaram de objetos de inveja pública a alvos do desprezo universal. Políticos viram-se expostos como corruptos e mentirosos. Governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Sem confiança nada funciona. Sem confiança o contrato social se dissolve, e as pessoas desaparecem, ao se transformarem em indivíduos defensivos lutando pela sobrevivência. (...) De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois se formaram redes de milhares,

depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. (...) Uniram-se. E sua união os ajudou a superar o medo, essa emoção paralisante em que os poderes constituídos se sustentam para prosperar e se reproduzir, por intimidação ou desestímulo – e quando necessário pela violência pura e simples, seja ela disfarçada ou institucionalmente aplicada. Da segurança do ciberespaço, pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história –, numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (Castells, 2013, 9-10)

Após apresentar os diversos movimentos examinados, Castells, a modo de um balanço final apresenta sua prospecção sobre o futuro desses movimentos, à luz da prática democrática:

Os movimentos sociais em rede, cuja experiência você e eu compartilhamos neste livro, vão continuar a lutar, debater, evoluir e, por fim, a se dissolver em suas atuais condições de existência, como aconteceu com todos os movimentos sociais da história. Mesmo no caso improvável de se transformarem num ator político, num partido ou em alguma forma nova de agência, deixarão, por isso mesmo, de existir. Porque a única questão relevante para se avaliar o significado de um movimento social é a produtividade histórica e social de sua prática e seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que ele tentou transformar. Nesse sentido, é muito cedo para avaliar o resultado final desses movimentos, embora já possamos dizer que regimes mudaram, instituições foram desafiadas e a crença no capitalismo financeiro global triunfante foi abalada, de maneira possivelmente irreversível, na mente da maioria das pessoas. Em última análise, o legado de um movimento social consiste na mudança cultural que ele tenha produzido com sua ação. Como pensamos diferente sobre algumas dimensões fundamentais de nossas vidas pessoais e sociais, as instituições têm de ceder em algum momento. Nada é imutável, embora as mudanças ao longo da história não sigam um rumo predeterminado, porque o suposto senso histórico as vezes não faz sentido. A esse respeito, qual seria o possível legado dos movimentos sociais em rede ainda em processo? A democracia. Uma nova forma de democracia. Uma antiga aspiração jamais concretizada da humanidade. (Castells, 2013, 29-30)

A contribuição dos diversos autores apresentados pode inspirar-nos, se procuramos a democratização da sociedade, a considerar a relevância da dimensão subjetiva da realidade, constituída pela percepção e significação que cada pessoa encontra e produz. A partilha desses significados pode consolidar uma dada visão de mundo e dar força para ações consequentes. A ação educativa, ao ter como objetivo fundamental a criação de identidades capazes de ler e significar a realidade, genuína e responsabilmente, torna-se um dos grandes instrumentos de criação de sociedades

democráticas. Urge a todos nós e, de modo especial, a todos educadores, recuperar a consciência desse grande poder do trabalho educativo.

Referências bibliográficas

Alonso, Ângela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*, in **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

Bachrach, Peter. **Crítica de la teoría elitista de la democracia**. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1973.

Bobbio, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986,

Caldera, Rafael. **Especificidad de la Democracia Cristiana**. Caracas: Ediciones Caroni, 1972.

Castells, Manuel. **Rede de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar. Tradução: Carlos Alberto Medeiros, 2013.

Foucault, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.

Lindsay, A. D. **O Estado Democrático Moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

Lucas, John Randolph. **Democracia e participação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

Verba, Sidney. **Participation and Political Equality – A Seven-nation comparison**. Cambridge: Cambridge University press, 1980.

Weffort, Francisco Correa. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

Recebido para publicação em 20-10-13; aceito em 17-11-13